



IV SISAMA

SIMPÓSIO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

06 a 08 de NOVEMBRO

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE MULHERES EX PRESIDÁRIAS

Simpósio de Saúde e Meio Ambiente, 4ª edição, de 06/11/2023 a 08/11/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-072-4
DOI: 10.54265/JNTV3959

VELERIOTE; Victoria Barros Veleriote ¹, MELO; Bruna Silva Lopes Melo ², SIMONIN; Vagner Rocha ³

RESUMO

INTRODUÇÃO

O comportamento alimentar é determinado como o conjunto de ações realizadas a partir do momento em que um alimento é selecionado para consumo. Sendo assim, é considerado de risco quando influencia no desenvolvimento de doenças e distúrbios alimentares, comprometendo o processo saúde e doença do indivíduo (Souza *et al.*, 2020).

Além disso, é importante compreender que o ato de comer está relacionado a tudo o que acontece antes de engolirmos nosso alimento. Isso significa que a nossa maneira de se alimentar determina nossas emoções, nossas memórias, nossa cultura, nossas rotinas diárias, nossos corpos. Assim, vale destacar que o ambiente é um fator influenciador nas escolhas alimentares, seja de forma consciente ou inconscientemente (Rossi; Moreira; Rauen, 2008).

Ademais, menciona-se que à medida que os determinantes do comportamento alimentar se tornam mais conhecidos, tanto individualmente quanto em grupos, aumentam as chances de incentivar os hábitos alimentares saudáveis. Essa atitude promove melhoria nos âmbitos da vida do indivíduo, seja ele físico, mental ou social. Isso ocorre devido a influência do alimento em diversos processos metabólicos corporais (Toral; Slater, 2007).

Nesse sentido, vale ressaltar o hábito comportamental de mulheres que já viveram em cárcere privado ou que ainda vivem, compondo cerca de 7% do total de prisioneiros. Nem todos esses grupos conseguem mudar seus hábitos alimentares, principalmente ao passar anos em detenção, exemplo disso, é a população feminina brasileira que vive sob o sistema prisional, sendo expostas a condições precárias prisionais que afetam o fornecimento de alimentação com nutrientes adequados e em momentos oportunos. Essa situação acaba por atuar contra o respeito à dignidade humana e contra o direito à saúde garantido em lei. Além disso, o número de mulheres encarceradas vem aumentando, contribuindo ainda mais para uma situação ainda mais vulnerável do sistema prisional, que submetem essas mulheres a condições precárias de alimentação, higiene e outras situações que favorecem o desenvolvimento e proliferação de doenças, principalmente as infecciosas (Silva *et al.*, 2023).

A escassez de resultados de pesquisas e publicações científicas sobre o tema da aceitação alimentar em mulheres ex- presidiárias foi muito importante na seleção do tema da pesquisa. As pesquisas científicas trazem consigo uma elevada carga de conhecimento e realidade referentes a diversos temas e situações que envolve uma variedade de público alvo. Dessa forma, destaca-se também a vulnerabilidade de determinadas populações, como é o caso das mulheres privadas de liberdade. Assim, essa vulnerabilidade reflete em disfunções emocionais, físicas, mentais e alimentares, por exemplo.

Nesse sentido, ao correlacionar esse tipo de população e as dificuldades enfrentadas com a importância de evidenciar a realidade de tal público alvo, percebe-se que o número de pesquisas e publicações científicas referentes à aceitação alimentar em mulheres ex- presidiárias se encontra escassa. Assim, o estudo se torna relevante, uma vez que, busca realizar uma análise da literatura científica para compreender informações sobre o hábito alimentar dessas mulheres e a interferência desse comportamento no processo saúde-doença.

A presente pesquisa teve o objetivo de mostrar como o comportamento alimentar influencia na saúde das minorias (Mulheres Ex- Presidiárias). Além disso, descrever a influência da alimentação na saúde, identificando a vulnerabilidade do grupo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado uma pesquisa de revisão bibliográfica do tipo integrativa. Dessa forma foi feito uma pesquisa da literatura referente ao tema, utilizando as bases de dados: Scielo, MedLine, PubMed. Foi utilizado diferentes bases de dados de acordo com a necessidade do entendimento e compreensão da temática. Para seleção dos artigos foram utilizadas as seguintes palavras chaves: eating behavior, the determinants of behavior, health, food insecurity. Além disso, o critério de seleção de artigos para análise foi de mostrar dados de pessoas adultas, meta-análises, revisões sistemáticas, publicados entre os anos de 2005 a 2023, tanto na língua inglesa quanto na língua portuguesa, que avaliassem aspectos que descrevessem a influência da alimentação na saúde, identificando a presença de transtornos alimentares e a vulnerabilidade do grupo. Foram excluídos os artigos anteriores ao ano de 2005 e de outras línguas que não as citadas.

RESULTADOS

Aplicando os critérios de busca, foram encontrados 20 artigos, sendo excluídos pelo critério de tema específico 8 artigos, pois não abordavam o tema detalhadamente, e seguindo os outros critérios, 4 foram os artigos excluídos, deixando então para análise 8 dos artigos iniciais, que atenderam aos critérios de inclusão.

¹ Centro Universitário Uniredentor, barrovictoria297@gmail.com

² Centro Universitário Uniredentor, bruna.slopes@gmail.com

³ Pesquisador Independente, vagsimonin@gmail.com

Quadro 01 – Artigos utilizados relacionados ao comportamento alimentar de mulheres ex-presidiárias.

Autores/ Ano	Nome do Artigo	Objetivo de estudo	Conclusão
Frinhani; Souza (2005).	Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais.	Analisar como o espaço prisional impacta na vida das mulheres.	As consequências do encarceramento feminino têm um impacto ainda maior nas mulheres e na sociedade. Além dos danos sociais, a exclusão social está associada a maiores riscos para a saúde física, nutricional e mental.
Rosa <i>et al.</i> , (2021)	Atitudes e hábitos alimentares de mulheres privadas de liberdade: uma análise da garantia ao direito humano à alimentação adequada	Avaliar hábitos alimentares de mulheres privadas de liberdade sobre a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e investigar as mudanças ocorridas na alimentação ao longo do cárcere e ainda caracterizar o perfil sociodemográfico dessa população.	São necessárias medidas que melhorem a qualidade do preparo das refeições e, principalmente, fomentar práticas com apoio governamental que promovam o direito à alimentação adequada à população privada de liberdade.
Kilomba (2019)	Memórias da plantação: Episódios do racismo cotidiano.	Mostrar como o racismo atua no cotidiano.	É fundamental atentar para as experiências individuais e subjetivas de racismo cotidiano, de modo a compreender a memória histórica e coletiva da população negra.
Audi <i>et al.</i> , (2018).	Ultra-processed food consumption among inmates in a women's prison in São Paulo, Brazil.	Observar o consumo de alimentos ultraprocessados dentro da prisão.	Os alimentos ultraprocessados estão sendo consumidos cada vez mais, e isso acaba gerando um grande impacto na saúde das pessoas.
Santos <i>et al.</i> , (2017).	A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro.	Identificar os pontos a serem melhorados para melhorar a qualidade de vida.	Aponta-se que a alimentação fornecida pela instituição é questionável em termos de qualidade, sabor, inaceitabilidade, segurança alimentar e vulnerabilidade das mulheres carentes nutricionalmente.
Sousa <i>et al.</i> , (2020).	Regime da escassez: a alimentação no sistema penitenciário feminino.	Analisar a fome e a qualidade das refeições dentro do sistema prisional.	A situação alimentar nas prisões reflete violações do estatuto humano e dos direitos constitucionais fundamentais, e este cenário é resultado da desigualdade estrutural.
Almeida <i>et al.</i> , (2015)	Condição de Saúde de Mulheres Privadas de Liberdade: Uma Revisão Integrativa.	Apresentar como são as condições de saúde de mulheres privadas de liberdade.	As mulheres na prisão são mais suscetíveis a problemas de saúde do que a população feminina em geral e têm acesso limitado aos cuidados de saúde normalmente prestados.
Audi <i>et al.</i> , (2016).	Inquérito sobre condições de saúde de mulheres encarceradas. Saúde em Debate	Avaliar o perfil sociodemográfico e as condições de saúde de mulheres encarceradas.	Ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e atenção aos agravos devem ser desenvolvidas junto a essa população, assim como ações de recuperação social, como estudo e trabalho. Desenvolvimento de pesquisas em instituições fechadas possibilita ampliar o conhecimento e estabelecer parcerias entre a sociedade e o setor prisional.
Nunes; Macedo, (2023).	Encarceramento Feminino: um Debate entre Criminologia e Perspectivas Feministas	Realizar um resgate histórico dos diferentes discursos criminológicos ao longo dos séculos e acerca dos aprisionamentos e lógicas punitivas decorrentes destes sobre as mulheres.	Se faz necessário mais estudos acerca da criminalidade feminina: compreender os fatores que atravessam o encarceramento feminino por uma ótica feminista plural, adequada às realidades que se estudam e atenta às múltiplas perspectivas que podem existir dentro do feminismo.

Fonte: Pesquisador

DISCUSSÃO

Segundo Frinhani e Souza (2005), a representação do espaço prisional se expressa como uma representação de diversos objetos como espaço, relações, valores e práticas vivenciadas no cotidiano. Sendo assim, faz-se objeto de estudo conhecer a imagem social do espaço prisional criada pelo preso, a fim de valorizar o sujeito, permitindo reconstruir o espaço ao mesmo tempo em que conhecemos as relações cotidianas no ambiente prisional. No processo de criação de representações, o desenvolvimento pessoal e social se misturam, e aspectos cognitivos, práticos e emocionais são essenciais para esse desenvolvimento. Preservar as formas de pensar, agir e falar das mulheres encarceradas sobre a prisão é paradoxal, pois buscam compreender quais consequências a vida neste espaço pode ter para os sujeitos envolvidos em processos que incluem a punição e a reinserção social. Além disso, segundo o estudo, foi observado que a grande maioria das detentas apresentam um baixo grau de escolaridade, podemos relacionar a prisão feminina a camadas socioeconomicamente empobrecidas.

Além disso, Rosa *et al.*, (2021), Nunes e Macedo (2023), ao considerar o perfil sociodemográfico, enfatiza no estudo, que 62% das mulheres são de cor negra, 45% apresentam baixo nível de escolaridade e baixa renda familiar, ademais ela considera que as mulheres enfrentam dificuldades significativas no acesso aos alimentos, que são de baixa qualidade e caracterizados por padrões alimentares monótonos e baixo conteúdo alimentar e nutricional. Somado a isso, a falha na preparação e higienização adequada dos alimentos, tornam as condições alimentares piores que as encontradas antes do encarceramento. Estas conclusões indicam uma violação do direito à alimentação desta população, um problema significativo de saúde pública.

Portanto, diante da problemática, são necessárias medidas para melhorar a qualidade da cozinha e incentivar práticas que promovam os direitos das populações privadas de liberdade a uma alimentação adequada, especialmente com o apoio do Estado.

Diante do exposto, não podemos perder de vista que as experiências das mulheres encarceradas são experiências racializadas e são continuamente suprimidas pelas estruturas do sistema penal, pelos debates criminológicos. Para Kilomba (2019), os problemas sobre a população negra são muitas vezes desqualificados e invalidados, reforçando assim a posição especializada e dominante da classe branca sobre a população negra, mantendo-a aprisionada em hierarquias coloniais violentas.

Na sequência, Audi *et al.*, (2018), ressalta que os alimentos ultraprocessados estão sendo consumidos cada vez mais, e isso acaba gerando um grande impacto na saúde das pessoas. O percentual de consumo diário de alimentos in natura ou minimamente processados (arroz, feijão e farinha de mandioca) foi de 87,7%. A prevalência de consumo diário de hortaliças de folhas verdes e outras foi de 63,7%. Quase dois terços relataram consumir leite e frango frito com frequência. Observou-se neste estudo elevada prevalência de consumo diário de alimentos ultraprocessados. Pão de cachorro-quente e pão doce com margarina eram consumidos diariamente por 86,5% dos entrevistados; bebidas adoçadas com açúcar, 68,4%, e biscoitos e doces, 77,1%. A prevalência de consumo de alimentos ultraprocessados três ou mais vezes por semana foi muito elevada (98,9%), a maioria (61,4%) tinham até 4 anos de escolaridade e, no momento da realização da pesquisa, apenas 4,4% estudavam na prisão. A alimentação de má qualidade das mulheres encarceradas pode acarretar alterações metabólicas, obesidade e outras comorbidades. Os comitês de avaliação nutricional nas prisões são incentivados a considerar a melhoria da qualidade das dietas dos reclusos.

Outro ponto crucial citado pelos autores acima foi a questão da baixa escolaridade da maioria das encarceradas, relacionada, muitas vezes, ao desânimo pela

¹ Centro Universitário Uniredentor, barrosvictoria297@gmail.com

² Centro Universitário Uniredentor, bruna.slopes@gmail.com

³ Pesquisador Independente, vagsimonin@gmail.com

aprendizagem ou pela dificuldade de absorver conteúdos e conhecimentos. Logo, faz-se necessário incentivos por parte do governo quanto a dar continuidade a escola, mesmo dentro da prisão. Para isso é necessário o aumento de investimentos na área educacional e a oferta de um ambiente acolhedor.

Ademais, para Santos *et al.*, (2017) e Sousa *et al.*, (2019), uma nutrição adequada significa ter acesso a alimentos saudáveis com diversas características, físicas, econômicas, em questão de sabor, a variedade, cor e até mesmo de aceitabilidade. Nesse sentido, o conceito de alimentação saudável e suficiente tem relação com a promoção da saúde, a segurança alimentar e o direito à alimentação. Logo, nota-se que a alimentação fornecida pelas instituições é questionável quanto à qualidade, ao sabor, à falta de aceitação e à fragilidade dos direitos das mulheres privadas de segurança alimentar e nutricional.

Outrossim, o número de mulheres encarceradas vem aumentando, contribuindo ainda mais para uma situação vulnerável do sistema prisional, que submetem essas mulheres a condições precárias de alimentação, higiene, podendo levar a transtornos alimentares e outras situações que favorecem o desenvolvimento e proliferação de doenças, principalmente as infecciosas.

Em suma, Almeida *et al.*, (2015), aborda sobre questões precárias vividas pelas mulheres aprisionadas. No estudo, é relatado que elas enfrentam mais problemas de saúde do que as mulheres da população em geral e são muitas vezes mal servidas devido ao acesso limitado aos cuidados de saúde. Então, é essencial formular, implementar e monitorar políticas públicas e sociais dirigidas as mulheres privadas de liberdade, a fim de melhorar o estado de saúde dessa população e envolver o envolvimento ético dos profissionais que cuidam diretamente dessas presas.

Em um estudo feito por Audi *et al.*, (2016), foi avaliado o perfil sociodemográfico e as condições de saúde de mulheres encarceradas. Das 1.013 mulheres requalificadas, 30 (3%) engravidaram. A média de idade foi de 30,8 (desvio padrão = 9,3) anos. A maioria das mulheres tinham entre 20 e 39 anos (77,3%). São procedentes de outros municípios do estado de São Paulo (69,7%), são solteiros (51,5%), não brancos (51,4%), são católicos ou protestantes (83,3%) e têm menos de 3 anos de escolaridade. (61,4%), não estudava no presídio (95,8%), não tinha renda (63,8%) e não exercia atividades laborais no presídio (88,5%). É importante ressaltar que 80,6% dessas mulheres eram mães. Em relação à morbidade relatada, houve alta prevalência de problemas ginecológicos, história de fraturas e escabiose. A prevalência relatada de cefaléia foi de 59,3% e a de TMC foi de 66,7%. No que diz respeito às medidas preventivas, a prevalência do rastreio citológico e mamográfico do câncer do colo do útero é baixa. Apenas 31% das mulheres receberam a última vacina.

A investigação mostra que as instituições são relativamente fechadas ao público e o conhecimento das condições de saúde numa perspectiva fora da prisão pode contribuir para estruturar atividades que aumentem as oportunidades de reintegração dos reclusos.

Ademais, Nunes e Macedo (2023), defende que falar sobre a vida de mulheres no cárcere e analisar como essas vidas vão sendo atravessadas pelos discursos produzidos pela criminologia e pelo direito penal requer um olhar feminista. Os fatores que afetam o encarceramento das mulheres são compreendidos a partir de uma perspectiva feminista pluralista que corresponde à realidade estudada, e é dada atenção às diversas perspectivas que podem existir no feminismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na situação vivida pelas detentas, entende-se que há uma dificuldade no estabelecimento de uma rotina alimentar adequada em termos nutricionais e metabólicos. Vale ressaltar que essas mulheres que estão encarceradas, na maioria das vezes, são mães, apresentam um nível de baixa escolaridade e apresentam um baixo consumo de hortaliças e elevado consumo de alimentos ultraprocessados, necessitando então de uma reeducação alimentar. Assim, a nutrição entra como eixo fundamental no controle alimentar dessa população, controlando as fontes suplementares ao preparar refeições ricas em verduras, frutas e legumes, por exemplo. A escassez de resultados de pesquisas e publicações científicas sobre o tema da aceitação alimentar em mulheres ex- presidiárias foi muito importante na seleção do tema da pesquisa. Sendo assim, para os autores fica evidente que a alimentação interfere diretamente na vida das mulheres encarceradas, refletindo também em sua saúde. O estado de saúde é um indicador essencial para que a sociedade reconheça a necessidade de lidar de forma mais eficaz com as detentas. Portanto, a necessidade de formular, implementar e monitorar políticas públicas e sociais de higienização e saúde dirigidas a esta população é importante para melhorar o seu estado geral de saúde.

REFERÊNCIAS

- SOUZA, Mariana *et al.* **Comportamento alimentar e fatores associados em servidores: Contribuições para a saúde Coletiva.** In: REVISTA A ATENÇÃO A SAÚDE,63,2020, Ceará.
- ROSSI, Alessandra; MOREIRA, Emília; RAUEN, Michelle. **Determinants of eating behavior: a review focusing on the family** [s.l: s.n
- TORAL, Natasha; SLATER, Betzabeth. **Abordagem do modelo transteórico no comportamento alimentar.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 6, p. 1641-1650, dez. 2007.
- SILVA, Paula *et al.* **Hipertensão em mulheres presas no Brasil: muito além do biológico.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, p. 37-48, 6 jan. 2023
- FRINHANI, Fernanda & SOUZA, Lídio. **Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais.** Psicol. teor. prat. São Paulo , v. 7, n. 1, jun. 2005 .
- ROSA, Priscila *et al.* **Atitudes e hábitos alimentares de mulheres privadas de liberdade: uma análise da garantia ao direito humano a alimentação adequada.** Revista de APS, v. 24, n. 3, 2021.
- AUDI, Caf *et al.* **Ultra-processed food consumption among inmates in a women 's prison in São Paulo, Brazil** Rev esp sanid penit 2018.
- SANTOS, Marcia *et al.* **A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro.** Esc Anna Nery 2017.
- SOUZA, Luciana *et al.* Regime da escassez: a alimentação no sistema penitenciário feminino. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1667-1676, maio 2020.
- ALMEIDA, Patrícia *et al.* **Condição de Saúde de Mulheres Privadas de Liberdade: Uma Revisão Integrativa.** In: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA E SAÚDE,2015, Paraíba.
- AUDI, Caf *et al.* **Inquérito sobre condições de saúde de mulheres encarceradas.** Saúde em Debate, v. 40, n. 109, p. 112-124, jun. 2016.
- NUNES, Caroline; MACEDO, João. **Encarceramento Feminino: um Debate entre Criminologia e Perspectivas Feministas.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, p. e249513, 14 abr. 2023.
- KILOMBA, Grada. (2019). **Memórias da plantação: Episódios do racismo cotidiano.** (J. Oliveira, Trad.). Cobogó.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento alimentar, ex presidiárias, saúde

¹ Centro Universitário Uniredentor, barros victoria297@gmail.com

² Centro Universitário Uniredentor, bruna.slopes@gmail.com

³ Pesquisador Independente, vagsimonin@gmail.com